

Trabalho colaborativo entre professores na Educação Especial: a dimensão da singularidade nos impasses da PNEEEI

Libéria Neves - PROMESTRE/ UFMG – GT 20 Psicologia da Educação
Mônica Rahme – PPGE/UFMG - GT 20 Psicologia da Educação

RESUMO: Tendo em vista uma década de divulgação e implementação da PNEEEI, esta pesquisa-intervenção, de orientação psicanalítica, busca levantar impasses no trabalho colaborativo entre professores de sala regular e de atendimento educacional especializado (AEE). Para tanto, busca realizar a metodologia de conversação em três escolas da região da Grande Belo Horizonte (Minas Gerais) que apresentam uma infraestrutura considerada adequada, como: salas de AEE equipadas e localizadas no próprio prédio da escola; profissionais capacitados; tempos e espaços instituídos para reuniões e encontros entre os professores responsáveis por pelo menos um mesmo aluno. A investigação se encontra em desenvolvimento, tendo sido realizada em uma escola até o momento. A partir da sua implementação, pode-se indicar que a oferta da palavra aos sujeitos permite a formulação de saídas compartilhadas, a implicação dos sujeitos na constatação dos problemas, a construção de propostas de melhorias nas relações interpessoais e no diálogo sobre os desafios da inclusão. O estudo permite indicar, ainda, a importância de se considerar a subjetividade daqueles que efetivam a política pública, criando espaços para sua expressão na escola, no currículo dos cursos de licenciatura e de formação continuada de professores.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; Trabalho colaborativo; PNEEEI.

Introdução

A ampliação do acesso à educação escolar, algo de certo modo recente na história brasileira, congrega o desafio do “para todos” pois, no âmbito do universal, faz-se necessário atentar para as diferenças presentes no processo de ensino-aprendizagem, quando se tem como foco a garantia do acesso à educação escolar. Trata-se de um processo que engloba elementos sociais, culturais e subjetivos da parte de quem aprende e de quem ensina. Elementos estes que, por vezes, interferem de modo a comprometer a construção dos conhecimentos apresentados no ambiente escolar e até mesmo a permanência neste ambiente. Fato passível de ser enfrentado por todo e qualquer aprendiz, embora mais recorrente junto àqueles que apresentam algum tipo de necessidade específica – no âmbito físico-locomotor, sensorial, intelectual ou, ainda, algo da ordem da saúde mental, que demande um atendimento educacional especializado.

Este não é um desafio novo na história da educação brasileira, mas, certamente, um desafio mais presente no atual momento, em que a legislação e as políticas públicas impulsionam as escolas a construíram propostas pedagógicas inclusivas.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEEI (2008), há uma década vem propondo um reordenamento do modelo de escolarização dos sujeitos que compõem o público alvo da Educação Especial (PAEE), os quais passam a ser atendidos nas escolas regulares, com o suporte de educadores especializados, de modo a complementar ou suplementar este atendimento. Tratam-se de recursos educacionais e estratégias de apoio colocados à disposição dos alunos de acordo com suas necessidades educacionais – especiais e singulares, as quais devem estar fundamentadas em avaliação pedagógica e, por vezes, clínica.

Nessa perspectiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) passa a configurar-se como um dos principais dispositivos institucionalizados para dar suporte ao percurso escolar dos alunos PAEE matriculados nas escolas comuns. Esse reordenamento acaba por colocar o AEE no centro da Política, condicionando a implementação da mesma à operacionalização desse serviço.

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (BRASIL, 2008, p. 16)

As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, objetivando contribuir na formação dos estudantes com vistas ao acesso ao currículo, à autonomia e independência na escola e fora dela. Efetivando-se por meio de trabalho pedagógico realizado por professores especializados, no contra turno da escolarização, em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) localizadas dentro da própria escola, em Centros de Referência ou instituições conveniadas.

Certamente, as mudanças advindas da PNEEPEI impulsionam transformações que atingem modos de pensar e de concretizar a educação das pessoas com deficiência, estabelecidos historicamente, culturalmente e até economicamente. Cada estado da Federação, município e instituição, a partir da legislação nacional, passa a estabelecer ações que visam reconfigurar inúmeros elementos na transformação da Educação Especial – de substitutiva a complementar e/ou suplementar.

Para a efetivação da perspectiva inclusiva, propõe-se um ponto concreto de articulação entre o professor da sala comum e o professor especializado – o Plano de Ensino Individualizado (PEI), um registro a ser elaborado conjuntamente pelos professores, propondo uma mesma linha de ação pedagógica, tanto no ensino regular como no AEE. De acordo com Neves (2017), o PEI pode ser pensado como um estudo de caso, uma vez que se configura como um instrumento que permite um olhar individualizado sobre o estudante, seu percurso, suas demandas e possibilidades no processo de aprendizagem, levando-se em conta suas necessidades específicas.

Entretanto, apesar de se constatar avanços nas políticas públicas, na formação de professores e na estrutura das escolas, deparamo-nos com dificuldades na realização de um trabalho conjunto por parte dos profissionais responsáveis pela aprendizagem e desenvolvimento do aluno PAEE, fundamental à efetivação da escolarização destes, numa perspectiva inclusiva.

Vilaronga & Rios (2014) apresentam uma pesquisa realizada em escolas do município de São Carlos – SP, onde constata a necessidade da proposta de um Ensino Colaborativo ou Coensino, que consiste em práticas colaborativas entre os professores especializados e os da sala regular, para o apoio à inclusão escolar. Concluem que a literatura científica relacionada a esta proposta, apesar de promissora, evidencia a necessidade de mais estudos sobre a colaboração entre estes profissionais nas escolas, bem como da preparação efetiva dos profissionais que atuam no atendimento especializado.

As autoras destacam que é preciso discutir na escola questões relacionadas ao tempo de planejamento em comum entre os profissionais; aos conteúdos que devem ser incluídos no currículo; às adaptações curriculares; à distribuição de tarefas e responsabilidades; às formas de avaliação; às experiências em sala de aula; aos procedimentos para organização da sala, à comunicação com alunos, pais e administradores; ao acompanhamento do progresso de aprendizagem dos alunos; às metas para o Plano Educacional Individualizado dos alunos com deficiência (VILARONGA; RIOS, 2014, p.147).

A falta de diálogo entre os profissionais envolvidos com os processos educativos de um aluno PAEE certamente significa um dos grandes fatores para a não efetivação de uma Educação Inclusiva, conforme preconizam as políticas e a legislação. Os motivos para este desencontro são muitos. Podemos citar como um deles a falta de tempo disponível para tal, embora, muitas vezes, o espaço de AEE se encontre localizado próximo ou mesmo dentro do espaço da escola. Afirma-se falta de tempo: por parte do professor regente da classe regular que, em seu horário de planejamento, tem que se dedicar às atividades do total de alunos que compõem a classe; por parte do professor especializado que, não raro, encontra-se sobrecarregado com o grande número de alunos na sala de recursos.

Além do fator tempo, certamente deparamo-nos com problemas estruturais e organizacionais. Entretanto, esta pesquisa, ainda em andamento, pretende um olhar para o que está mais além das questões objetivas. Interessa aqui levantar aquilo que se refere a elementos da subjetividade que constituem os sujeitos professores, os quais possam culminar em impasses– na interlocução entre estes profissionais no espaço escolar; na capacidade de transmissão; e assim, conseqüentemente, no desenvolvimento dos alunos envolvidos, os quais acabam, muitas vezes, permanecendo excluídos das possibilidades de aprendizagem.

Uma contribuição da Psicanálise à educação consiste na consideração da subjetividade e do desejo em relação ao conhecimento e às aprendizagens, como motor da atividade simbólica. Trata-se de uma alternativa à hegemonia de referenciais teóricos centrados nas capacidades do organismo para a aquisição e tratamento das informações. Para além da coerência, é preciso levar em conta o sujeito do inconsciente que se manifesta, sobretudo, por meio de faltas, atos falhos, sintomas.

Anjos, Andrade & Pereira (2009), em pesquisa que analisou os discursos presentes e em enfrentamento nas falas dos professores responsáveis pelo atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, numa experiência de inclusão escolar, destacam:

(...) separando o seu fazer do fazer coletivo, o professor passa a entender a inclusão como tarefa somente sua, circunscrita aos limites do pedagógico e imposta a partir de forças externas. Assim, a produção de processos excludentes não é enfrentada, e o processo inclusivo limitado à sala de aula ou, na melhor das hipóteses, à escola está fadado ao fracasso (2009, p.127)

Desse modo, os professores trafegam de uma escola a outra sem tempo para refletir, interrogar seu desejo ou construir um saber-fazer diante de um aluno que apresenta necessidades educacionais especiais. Acreditando que o saber para tal está fora, em algum lugar, ao qual ele não acede (MRECH, 2003).

Freud concebeu a tarefa educativa, juntamente com a de psicanalisar e a de governar, como sendo do campo impossível. Esse impossível se refere ao desafio de se alcançar alguma interferência no outro. A partir do equívoco que constitui a estrutura da linguagem, bem como dos invisíveis da transmissão, a tarefa educativa congrega algo de não-toda que, nos ambientes heterogêneos da educação para todos, pode promover a angústia e a desistência diante do ensinar (NEVES, 2014).

Metodologia e Desenvolvimento

É a partir desta discussão que a presente pesquisa-intervenção^{iv}, de orientação psicanalítica, traz como objetivo não somente constatar uma realidade, mas, também, aprender sobre tal realidade a partir dos sujeitos envolvidos, além de congrega a aposta numa intervenção nessa realidade. Portanto, trata-se de uma pesquisa que considera os elementos que possam surgir, capazes de produzir um efeito de mudança de posição por parte dos sujeitos em relação aos sintomas relacionados à educação escolar.

Nesse sentido, parte-se de uma base teórica com o objetivo de levantar as dificuldades dos profissionais por meio da metodologia da Conversação. Esse dispositivo clínico elaborado por Jacques Allain Miller nos anos 1990 apresenta-se como uma condição de oferta da palavra. O instrumento, que toma como partida aquilo que não vai bem, busca pela fala “que escapa” ao sentido, e ao provocar surpresa no próprio locutor, aparece desregrada pelas limitações éticas, sociais e culturais, convidando-o a organizar suas próprias experiências, questionar os discursos já pré-concebidos e identificar os sintomas – termo aqui referido como problemas (MILLER, 2009). Neste sentido, a Conversação, quando utilizada para além de sua vertente puramente clínica, oportuniza a construção de novos sentidos e modifica as dinâmicas existentes no contexto escolar, demonstrando-se, assim, passível de aplicação em investigações no campo educacional (SANTIAGO; MIRANDA; VASCONVELOS, 2006).

Para desenvolvimento da pesquisa, levantou-se quais escolas da rede pública municipal da Grande Belo Horizonte contavam com uma infraestrutura considerada adequada no ano de 2018, como: salas de AEE devidamente equipadas e localizadas dentro do próprio prédio da escola, profissionais capacitados para o atendimento especializado, além de tempos e espaços suficientes para a sistematização de reuniões e encontros entre os professores responsáveis por pelo menos um mesmo aluno – na sala regular e sala de AEE. Buscava-se, desse modo, minimizar justificativas calcadas na estrutura do sistema educacional. Após contato com tais escolas, elegeu-se três estabelecimentos de ensino entre aquelas que aceitaram a oferta da pesquisa e que reconheceram suas dificuldades na efetivação de um trabalho colaborativo.

A pesquisa se efetiva a partir de um conjunto de três Conversações consecutivas, conduzidas pelas pesquisadoras, uma vez por semana, com grupos de professores nas três escolas eleitas. Cada Conversação é gravada e transcrita, de modo que se possa recolher os elementos centrais das falas dos participantes, os quais são retomados como ponto de partida para o encontro seguinte.

Resultados Preliminares

A primeira escola, que revelou ter se beneficiado do espaço proporcionado pela investigação, demonstrou a presença de uma recusa ao Trabalho Colaborativo como sintoma, ou seja, como uma solução para se evitar o contato com a angústia da tarefa “não toda” da educação, explicitada na “falta” evidenciada pela deficiência. Ao se abordar as possíveis causas da constatada dificuldade nesse *coensino*, os profissionais reconheceram a dificuldade em lidar com o real do corpo faltoso, revelando um ponto impossível de se lidar; bem como a dificuldade em articular seu desejo a algo que consideram excluído de suas escolhas pela docência: a pessoa com deficiência. Desse modo, os resultados colhidos na primeira escola permitem construir a hipótese de que a dificuldade em realizar um Trabalho Colaborativo, previsto pela PNEEPEI (2008), diz respeito, também, ao desejo dos professores confrontado com a angústia produzida no trabalho focado na inclusão.

Verificou-se que a partir da oferta da palavra a estes sujeitos, foi possível que os mesmos localizassem os pontos de mal-estar, convergindo para possibilidades de se construir novas saídas. Ao final das Conversações com este grupo, os professores se implicaram no problema e construíram propostas de melhorias nas relações interpessoais, reivindicando momentos onde pudessem trocar ideias diante dos desafios da inclusão. Esses elementos apontam para a necessidade de um espaço em que se discuta a escolha docente, tal como as responsabilidades pulsantes nesse âmbito, as falhas conscientes e inconscientes (im)previstas nos processos educativos.

Considerações Finais

Com os resultados finais desta pesquisa, que aborda temática ainda pouco explorada nas investigações em educação, pretende-se chamar a atenção para aquilo que escapa ao projeto das políticas públicas: a subjetividade daqueles que a efetivam; bem como destacar a necessidade de se proporcionar espaço para tal dimensão na escola, no currículo dos cursos de licenciatura e nos cursos de formação continuada de professores.

Referências

ANJOS, Hildete Pereira; ANDRADE, Emmanuele Pereira; PEREIRA, Mirian Rosa. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n.40, p. 116-129, jan./abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.

MILLER, Jacques-Alain. Rumo ao PIPOL 4. **4o Encontro Americano-XVI Encontro Internacional do Campo Freudiano**, 2009. Disponível em: http://ea.eol.org.ar/04/pt/template.asp?lecturas_online/textos/miller_hacia_pipol4.html. Acesso em 21-05-2019.

MRECH, Leny M. **Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura**. SP: Pioneira Thomson Learning, 2003.

NEVES, Libéria R. Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 23, n. 4, p. 489-504, Dec. 2017.

NEVES, Libéria R. **Teatro-Conversaão na escola: o uso do Teatro na Conversação como mediados dos conflitos na educação** (Tese). BH: FaE-UFMG, 2014.

SANTIAGO, Ana Lydia B; MIRANDA, Margarete P; VASCONVELOS, Renata N. Pesquisa em psicanálise e educação: a conversaão como metodologia de pesquisa. *In: PSICANÁLISE, EDUCACAO E TRANSMISSAO*, 6, 2006, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032006000100060&script=sci_arttext. Acesso em 21-05-2019.

VILARONGA, Carla A. R; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

ⁱ O *Curso das Letras* busca – e, de alguma forma, segue buscando, em diferentes reedições revistas de nossa proposta de formação, dar lugar a um percurso que considere os descompassos, os diferentes tempos para se apropriar do vivido e de construir para cada aluno uma forma singular de ensinar e aprender. A proposta, que ocorre desde 2011, não de forma ininterrupta, tem como objetivo, num mesmo movimento, constituir uma intervenção e pesquisar seus efeitos de forma a redimensionar seus rumos. Seus balizadores metodológicos buscam no diálogo entre educação especial e psicanálise seus fundamentos (VASQUES; MOSCHEN, 2017).

ⁱⁱ Maior detalhamento sobre os fundamentos e a dinâmica proposta pode ser encontrado em Vasques e Moschen (2017).

ⁱⁱⁱ Conforme as diretrizes éticas da pesquisa, e a fim de resguardar a confidencialidade, privacidade e proteção dos sujeitos e das instituições, os nomes aqui utilizados são fictícios, e demais informações foram suprimidas

^{iv} Pesquisa desenvolvida por meio de recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de MG – FAPEMIG.